

A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL NOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

*A. Corsino Tolentino**

As minhas primeiras palavras são para felicitar, justamente, o CEPCEP da Universidade Católica pela pertinente organização, no âmbito do seu programa bienal, de uma conferência sobre a Educação e o Desenvolvimento em África. A profundidade das análises aqui produzidas, a competência e a convicção dos seus autores, especialistas nas áreas da cooperação internacional, da educação e do desenvolvimento confirmam o êxito esperado e a oportunidade da iniciativa.

Agrada-me muito verificar a participação de cooperantes e jovens estudantes neste encontro. Efectivamente, juntos eles são a ponte viva do presente que se projecta num futuro de diálogo sem malícia entre povos e culturas, cujas diferenças assentam numa unidade fundamental de memórias colectivas, com séculos de sofrimentos compartilhados e sobretudo um desejo comum de sobreviver e progredir na liberdade.

Aos promotores desta conferência, principalmente à Universidade Católica Portuguesa e ao International African Institute de Londres, e abalizados conferencistas e comentadores, uma saudação fraterna, com os meus agradecimentos pelo ensejo que me é dado de participar na reflexão, 10 anos após as independências dos nossos países, sobre um tema deveras aliciante: a cooperação educacional entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Parece universalmente aceite a ideia de que nenhuma colonização foi boa. Apenas houve umas piores do que outras. A nossa fez-se praticamente sem escolas. E quando estas existiram não podiam, sem negar o sistema de dominação, ensinar a ser. Deviam, por natureza, ensinar a ter mais do que cultivar a ambição de ser, pelo trabalho, mais do que ensinar a ética do respeito ao próximo.

* Ministro da Educação e Cultura da República de Cabo Verde.

Os nossos países estão a terminar uma década decisiva da sua existência de estados soberanos. Durante esses anos as cinco nações tentaram, lutando contra adversidades várias, a construção de sociedades modernas, em que o homem, todo o homem, possa satisfazer a necessidade natural de aprender a ser.

Guerras impostas, economias desarticuladas na dolorosa passagem de regime de servidão ao trabalho livre, verdadeiramente humano, e uma clamorosa carência de pessoal técnico e científico para as tarefas da organização e funcionamento dos novos estados impuseram enormes sacrifícios aos nossos povos e obrigaram os seus dirigentes a darem constante prova de imaginação, firmeza política e solidariedade internacional.

Atrás das diferenças decorrentes do ambiente económico, cultural e social típico de cada um dos 5 países africanos ditos de expressão portuguesa, a evolução dos sistemas educativos reflecte uma tendência comum: democratizar o ensino e melhorar a inserção da escola na comunidade e no processo de desenvolvimento.

Assim, considerada a educação como um Direito fundamental de todo o cidadão, os esforços dispendidos ao longo da década visaram simultaneamente a expansão e a qualidade do ensino. Generalizar a escolarização básica, eliminar o analfabetismo nos jovens e adultos, qualificar a mão-de-obra através de um subsistema de educação permanente, fomentar o ensino superior e a investigação, eis alguns dos objectivos que preocupam o grupo de países, irmanados num passado de luta pela dignidade de que todos se orgulham e na acção solidária para a paz e o desenvolvimento.

Ora, como atingir essas metas a partir da carência extrema a que me referi há pouco? Iniciar o processo de transformação do sistema pela formação e aperfeiçoamento do pessoal docente e de gestão dos sistemas educativos, elementos-chave do sucesso, foi o único caminho. Porém, há que realizar paralelamente a reforma imprescindível, com incidência inevitável sobre a estrutura do ensino, a articulação entre o ensino e a formação técnico-profissional, os conteúdos programáticos e curriculares, as metodologias de ensino, a organização ou revisão das cartas escolares, tudo isto numa procura constante de maior economia e eficácia na formação de cidadãos capazes de optar e construir conscientemente o futuro. O grau de êxito de tal reforma depende obviamente da qualidade técnica da sua preparação. É evidente: O que pode ser menos evidente, sem deixar de ser um factor decisivo do êxito ou fracasso da reforma é o elemento cultural. É defendendo e promovendo a identidade cultural de cada povo que um sistema educativo ganha legitimidade e se transforma num instrumento precioso no processo de formação da personalidade e da unidade nacional. .

É com este entendimento que os governos dos 5 países, face às necessidades da sociedade e do indivíduo, apontam para a integração da escola na comunidade, a ligação da escola ao mundo do trabalho e a promoção da identidade cultural.

Passar da teoria à prática é sempre difícil, variando de país para país o grau de discrepância entre as intenções e os factos. As causas são muitas, umas mais, outras menos conhecidas. São de natureza política, demográfica, financeira. São estruturais umas, conjunturais outras. Sejam quais forem as causas do baixo índice de concretização dos objectivos, o importante é conseguir fazer mais e melhor. Como rendibilizar os escassos recursos financeiros e humanos disponíveis? Que escola para o futuro quando se fala na era pós-industrial e nós padecemos do analfabetismo e da malnutrição?

É nossa convicção que as áreas da educação e da cultura constituem uma zona privilegiada na ampla e densa rede de relações entre as 5 nações recém-independentes.

Data de 1978, menos de 3 anos após as independências, o 1º Encontro dos Ministros de Educação, e de Educadores, de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Pretendeu-se fazer naquela altura uma reflexão conjunta sobre experiências então em curso e a elaboração de uma estratégia global em matéria de formação de pessoal docente, preparação de manuais e outro material didáctico, a reforma do ensino. O balanço realizado em Fevereiro último na República de S. Tomé e Príncipe apresenta magros resultados, é preciso dizê-lo claramente. A fixação dos objectivos em 1978 foi correcta, a vontade política reforçou-se, as potencialidades permanecem as mesmas. Apesar disso não se pôde ir longe na execução do programa, como aconteceu noutros domínios, por imponderáveis características do chamado sub-desenvolvimento e principalmente como consequência da guerra injusta que dois parceiros, a RPA e a RPM tiveram de suportar ao longo de todo o tempo que nos separa de 1978. Sete anos depois, Fevereiro de 1985, os governos dos 5, procurando materializar a vontade permanente de tirar benefício mútuo das potencialidades e capacidades desse grande espaço, assinaram entre outros, um Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. Seguramente iremos melhorar a capacidade de definir objectivos, programar acções e criar os mecanismos de seguimento para que o Acordo, que abre perspectivas imensas possa dar os frutos desejados. A compreensão mútua das finalidades da educação nesse conjunto de países, a semelhança de atitudes em relação à problemática da língua do ensino, bem como o conhecimento e o respeito das opções políticas de cada um dos povos são uma força que há-de vencer to-

dos os obstáculos conjunturais e dar um impulso crescente à cooperação entre os 5, como núcleo coeso e actuante no sentido da formação de comunidades culturais e científicas mais amplas em África e no Mundo.

Sabe-se, porém que as tentativas de promover o intercâmbio das inovações, a troca de informação e a cooperação intelectual ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento nacional encontram barreiras cada vez maiores, em aparente contradição com o carácter universalisante dos avanços científicos e tecnológicos.

A crise por que passa neste momento a UNESCO, esse dispositivo imprescindível à cooperação internacional nos domínios da Ciência, Cultura e Educação é dessa dificuldade um exemplo e por isso não deve ser julgada de ânimo leve. Insere-se na crise geral que atravessa a ajuda ao desenvolvimento e não se pode isolar da luta por uma nova ordem internacional.

Neste contexto tão adverso, dois elementos fundamentais da luta por uma NOI são: o rigor na elaboração e execução de projectos de Educação integrados nos planos de desenvolvimento nacional e a cooperação regional, a partir de programas realistas, controláveis, exequíveis.

Os planos de desenvolvimento nacional em elaboração ou execução em alguns dos nossos países e o ACTC recentemente assinado em S. Tomé põem em evidência esses dois elementos.

Na procura de uma cooperação eficaz revestem-se de interesse primordial programas concebidos por e para comunidades afins nos planos cultural e linguístico, além do geográfico. Tal afinidade facilita a compreensão mútua e a circulação de informações sobre as virtualidades dos parceiros, elementos essenciais a uma utilização racional dos meios e capacidades existentes.

Deve-se privilegiar assim, com honradez, objectividade e os olhos postos no futuro, a cooperação entre os 5 PAEP com Portugal e o Brasil. Não contribuir decididamente para esse relacionamento útil seria dar prova de curta visão política ou falta de ética.

Tenho uma grande esperança de que, assente no respeito devido ao próximo, pessoa ou nação, incluindo naturalmente o direito de escolher o seu próprio caminho, o entendimento da necessidade de cooperar há-de vir, pois todos terão a ganhar.

No que diz respeito a Cabo Verde a relação entre a Educação e o Desenvolvimento é na sua essência inteligível ao cidadão mais simples.

Pertencendo ao mundo dos pequenos estados insulares caracterizados pela pequena dimensão territorial, demográfica, dos recursos naturais e forte emigração, Cabo Verde apresenta dois agravantes: uma população

altamente dispersa e a sua posição no Sahel, de que resultam os frequentes e longos períodos de seca cuja severidade é conhecida e é sempre triste lembrar.

Num quadro assim esboçado ressalta evidente que o desenvolvimento deve passar, sem hesitações pela valorização acelerada dos recursos humanos. Impõe-se portanto adequar o sistema de ensino e formação às necessidades da sociedade, melhor aproveitamento dos recursos existentes e o aumento da capacidade de formação interna e no exterior. Elevar o nível cultural médio do povo caboverdiano e preparar pessoal qualificado e altamente qualificado são a única via aberta à valorização da posição geo-económica de Cabo Verde e por conseguinte ao triunfo definitivo na luta pela sobrevivência e o progresso.

Nesta convicção, eliminar o analfabetismo, generalizar o ensino básico e promover a formação profissional são as nossas prioridades.

Em 1975 cerca de 60% da população adulta era iletrada. Hoje essa taxa é de 50%. Temos a comedia pretensão de libertar completamente Cabo Verde do analfabetismo em menos de 10 anos. Teremos assim dado um tremendo salto em frente, uma espécie de milagre, tão belo e tão útil será!

A redução espectacular da taxa de analfabetismo deve-se à acção combinada da alfabetização funcional de jovens e adultos por um lado, com a generalização do ensino básico elementar, que já é uma realidade, por outro. Com um acréscimo de efectivos na ordem dos 21% de 1974 a 1984, a escolarização das crianças dos 7 aos 10 anos atinge neste momento os 96%.

Nesse mesmo período a taxa de escolarização no grupo etário dos 10 aos 12, a 6ª classe, passou de 10 a 21%. Cerca de 13% dos efectivos inscritos em 1983/84 frequentam o ensino secundário contra 4% em 1974. Essas acções foram possíveis graças à cooperação e a um empenhado esforço nacional de formação de pessoal docente. Reanimou-se o Magistério Primário, criaram-se os Cursos de Formação de Professores para o ensino básico complementar e o ensino secundário.

Ora, os resultados alcançados, animadores sem dúvida, não devem esconder as carências existentes, algumas, uma espécie de pragas, de combate sempre difícil. Estão nesta categoria a deficiente rede escolar. 50% das salas utilizadas são casas alugadas, muitas vezes sem as condições mínimas de funcionamento. Pior do que isso é não haver salas em número suficiente. Daí o uso das salas em turnos duplos ou triplos com a consequente redução da carga horária e um ensino desigual e muito incompleto. O ritmo de formação de professores, principalmente do ensino básico elementar está

muito longe de corresponder à procura. Nesse nível de ensino apenas 15% tem formação adequada. Nos restantes níveis a situação é melhor.

No tocante ao apoio e incentivo à escolarização, o domínio alimentar assume relevância muito particular num arquipélago saheliano de população muito dispersa e baixo grau de urbanização. Por isso a acção social escolar tem incidido fundamentalmente neste sector, além de se ter ocupado subsidiariamente do material escolar. 50% das crianças do ensino básico já recebem uma refeição nas escolas. Pensa-se que até 1987 todo o território estará coberto pelos programas de ajuda alimentar.

Essas acções, dignificativas relativamente ao ponto de partida e às características físicas do país, geralmente pouco favoráveis, devem-se a uma acção governativa coesa e mobilizadora e à cooperação internacional. Quer se fale de formação, de construção da alfabetização ou de ajuda alimentar à criança em idade escolar, a afirmação é sempre verdadeira; a ajuda para a Educação é sempre necessária.

Para reduzir a dependência do exterior há que aumentar as capacidades internas e isso não se faz sem meios, meios financeiros e assistência técnica isto é, há que depender da ajuda externa para ganhar autonomia. O verdadeiro problema que se coloca é duplo: conseguir a ajuda necessária e aplicá-la optimamente.

A implantação do ensino superior pode servir de exemplo. Ninguém duvida da sua necessidade, da necessidade da investigação que lhe é inerente como base do desenvolvimento e a progressiva diminuição da dependência do exterior. Toda a gente sabe igualmente que a operação é cara. Mas algures estará o equilíbrio entre as necessidades e as possibilidades. A implantação dos estudos superiores em Cabo Verde surge lógica e irrecusavelmente.

É mais um desafio e também mais um espaço aberto à colaboração criadora.

O que tentamos fazer em Cabo Verde corresponde em diversos graus e cambiantes ao que se fez ou se pretende fazer em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé em resposta às suas necessidades específicas e criando simultaneamente maior capacidade de intercâmbio e apoio mútuo. A Educação é um vasto campo de cooperação que se estende à nossa frente, balizado pelo recente Acordo de S. Tomé, a espera da paz na África Austral para nele medrar viçosa a árvore há muito plantada da profunda solidariedade entre as 5 nações.

A reflexão sobre a "Educação em África" que aqui se tem desenrolado com brilho e sentido prático é mais um feliz indício da importância que um

número crescente de instituições não africanas atribuem aos problemas com que o nosso continente se defronta.

Não tenho dúvidas quanto à utilidade de iniciativas deste género. Ninguém delas esperará efeitos imediatos, é natural. Serão talvez demorados, não identificados, espécie de brisa a vivificar a solidariedade internacional para a paz e o desenvolvimento.